

Veto Parcial nº 020/09

AO EXPEDIENTE
Em 04 AGO 2009



Recebido. Autue-se
e inclua em pauta.
Em 04/08/2009

1º Secretário



ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

04 AGO 2009

Protocolo 028/09

Processo EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

MENSAGEM Nº 122, DE 23 DE JULHO DE 2009.

Com amparo no artigo 42, § 1º da Constituição do Estado, impõe-se-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei parcialmente o Projeto de Lei de iniciativa desta Casa de Leis que “Institui a Campanha Permanente de Proteção aos Recursos Hídricos e Incentivos à Redução do Consumo de Água”.

Senhores Deputados, o veto parcial ao texto abrange os artigos 3º, 4º e 5º, a seguir transcritos e justificados:

“Art. 3º O Estado poderá estabelecer política de incentivos para estimular a participação nesta Campanha Permanente, implementando-a com base no “Sistema de Classificação dos Municípios quanto a Proteção dos Recursos Hídricos e Redução do Consumo de Água” a ser desenvolvido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM, tendo em conta o desempenho que tenha obtido cada município no tocante aos objetivos visados por essa Lei, de acordo com os critérios fixados na regulamentação desta Lei.

Art. 4º A política de incentivos poderá reduzir:

I – o valor unitário cobrado pela utilização de recursos hídricos;

II – o pagamento de bonificação para os cinco primeiros municípios segundo o sistema de classificação elaborado pela SEDAM para cada exercício;

§ 1º A redução prevista no inciso I só será mantida enquanto o total de seu consumo per capita mantiverem-se aquele mesmo que ensejou o desconto;

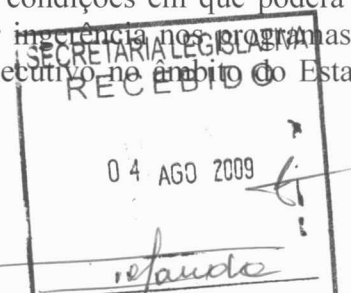
§ 2º A bonificação prevista no inciso II será repassada mediante termo próprio no qual o município beneficiário assumirá a obrigação de aplicar tal recurso no aprimoramento do sistema de abastecimento em saneamento do município;

§ 3º Outros incentivos poderão ser fixados quando da regulamentação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.”

Nobres Parlamentares, infere-se das disposições contidas no presente Projeto de Lei, que esta Assembleia Legislativa, numa louvável iniciativa, propõe que seja implementado no âmbito de todo o Estado de Rondônia, uma Campanha Permanente de Proteção aos Recursos Hídricos com incentivos a redução de consumo de água.

Pois bem! Observa-se do texto do artigo 2º, que a disposição ali inserida, assim como aquelas dispostas nos respectivos incisos e alíneas do citado artigo trata sobre as condições em que poderá ser implementada a aludida campanha, sem que deles se evidencie qualquer inércia nos programas de trabalho e desenvolvimento que vem sendo desenvolvidas pelo Poder Executivo no âmbito do Estado, donde, por conseguinte, não vemos inconstitucionalidade na proposta.





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Entretanto, melhor sorte não assiste aos demais dispositivos do Projeto de Lei em comento, já que a partir do texto inserido nos artigos 3º e 4º, não obstante emergir dele apenas uma autorização para que o Poder Executivo adote uma política de incentivos a ser desenvolvida pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, bem como os mesmos dispositivos indique que as despesas decorrentes da aplicação da campanha correrão às expensas do orçamento daquela unidade administrativa, tem-se que nesse tópico o Projeto de Lei em tela se afigura inconstitucional, haja vista que a alínea “d” do inciso II do § 1º do artigo 39 da Constituição Estadual, assevera, *in verbis*:

“Art.39. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que:

II – disponham sobre:

d) criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo.”

Como já evidenciado, o presente Projeto de Lei além de autorizar a instituição da mencionada Campanha Permanente de Proteção aos Recursos Hídricos, foi mais além e, ao autorizar igualmente a implementação de incentivos, estabelece ainda quais seriam estes, atribuindo competência à SEDAM, para implementar medidas, sem olvidar que dessa forma, ainda cria despesas à conta do orçamento próprio da SEDAM, quando determina que as despesas com a implementação da campanha correrão às expensas daquele órgão, violando dessa forma as disposições constitucionais acima destacadas.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto parcial, antecipo sinceros agradecimentos por tão expressiva colaboração e apoio e subscrevo-me com especial consideração e estima.

IVO NARCISO CASSOL
Governador